

Vieira e a missão na Serra de Ibiapaba

João Aurélio Travassos Pires Júnior
Universidade Federal da Paraíba
Mestrando em História
E-mail: joabra_colonial@yahoo.com.br

Prof^ª Dr^ª Regina Célia Gonçalves (orientadora)
reginacelia@ciadaterra.com.br

1.1 - Governo temporal e governo espiritual

Nossa análise aqui terá como foco os escritos de Vieira quando se encontrava na região da Serra de Ibiapaba, onde comandou um grupo de jesuítas, se tornando um dos principais ativistas das missões nesse território. Logo, teremos como figura central de nossa análise o próprio Vieira, um dos mais importantes pensadores (se não o mais) de seu tempo. O que nos interessa aqui é elaborar uma análise de seu pensamento acerca dos povos indígenas daquela região, percebendo sua visão sobre esses povos e quais as estratégias missionárias defendidas por ele durante o processo de consolidação da Companhia no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Vieira foi um missionário bastante atento aos temas espirituais, porém nunca desconectando a ação missionária da realidade de seu tempo. Como religioso (e por razões próprias de sua teologia) defendeu os povos indígenas no estado do Maranhão e Grão-Pará; tornou-se muito conhecido por todos os lugares que passou através das pregações de seus sermões; enfim, foi uma figura de influência ímpar no mundo atlântico do século XVII. Porém, não o consideramos - como é de costume nas citações sobre Vieira - um homem “a frente de seu tempo”, mas, antes de tudo, um intelectual pertencente à sua época e inteiramente relacionado com os problemas que o circundavam. Soube ler as suas circunstâncias políticas, religiosas, econômicas e sociais e elaborar propostas no sentido de facilitar a expansão e solidificação daquilo

que denominara o Quinto Império na terra, uma profecia baseada nas suas leituras de Bandarra¹.

Em alguns de seus escritos ditos instrumentais² encontramos pontos de vista interessantes acerca dessa união entre prática e ação. O jesuíta trata de elaborar uma dicotomia entre o plano temporal (os assuntos relativos à colonização portuguesa realizada pela coroa) e o plano espiritual (aquilo que se refere à ação missionária jesuíta em si, à expansão da fé católica). Segundo Vieira, as formas de governar o gentio, no caso os povos indígenas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, passavam necessariamente por um respeito a determinadas normas de cunho moral e prático.

A elaboração de premissas que controlassem a ação dos agentes colonizadores de ambos os segmentos (temporal e espiritual) nos mostra como Vieira tinha em mente a manutenção da unidade entre o pensamento e a ação. No plano temporal foram elaborados quatorze pequenos pontos que se referiam à economia colonial interna (tratamento de lavouras, pagamento do trabalho indígena, dentre outros aspectos), à autoridade sobre os índios, bem como a tomada de decisão acerca de quaisquer outros assuntos referentes aos aldeamentos. Enfim, uma espécie de quatorze mandamentos que serviriam, em tese, como solidificadores da empresa colonial, no sentido mais amplo do termo. No tocante à defesa dos aldeamentos, por exemplo, Vieira afirma no décimo quarto ponto:

¹Gonçalo Anes, o Bandarra, foi um escritor de trovas do século XVI que se tornou muito conhecido em Portugal por volta de 1530 por produzir textos de conteúdo profético que disseminavam a idéia da vinda de um salvador para o Império Luso. Este suposto salvador uniria cristãos e judeus na construção de um novo Império na terra. Por isso Bandarra foi perseguido pela Inquisição e seus textos proibidos de serem difundidos por promoverem uma imagem dos judeus que não agradava ao Santo Ofício. Vieira foi leitor assíduo de Bandarra e partilhava da idéia de união entre cristãos e judeus. A partir da análise bíblica das profecias de Daniel, que previa a formação de quatro impérios. Vieira defende a iminência da formação de um Quinto Império de mil anos. Observando a passagem bíblica da interpretação feita por Daniel do sonho do rei Nabucodonosor, que identificava quatro reinos na terra em quatro idades distintas (o rei sonhara com uma estátua formada por quatro partes: ouro, prata, bronze e ferro), António Vieira desenvolve a idéia do Quinto Império, pois para ele a estátua com a qual o rei sonhara não constituía quatro partes distintas e sim um todo indivisível. Dessa totalidade restara uma parte final (os pés), constituída em parte de ferro, em parte de argila. Essa seria a alegoria do Império português (o Quinto Império) que, na leitura de Vieira, era o único a ocupar todas as partes (as quatro partes) do planeta e de ser constituído pelo maior número de culturas e povos possíveis, em consequência de seu domínio. Para maiores detalhes consultar: Bulcão, Clóvis. *Padre Antonio Vieira: um esboço biográfico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

² Utilizaremos aqui a definição (exposta na introdução do presente trabalho) feita pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy em introdução aos escritos instrumentais de Vieira. Ver: VIEIRA, António. *Escritos Instrumentais Sobre os Índios*; edição de textos Claudio Giordano; ensaio introdutório José Carlos Sebe Bom Meihy - São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

Nas ocasiões de guerra, a qualquer rebate que se dê, acudirá com os índios mais fortes e ligeiros, onde o governador ou capitão-mor ordenar, deixando sempre na aldeia guardas, que serão dos menos aptos para caminhar.³

Percebemos nessa passagem a preocupação do missionário com a organização social dos aldeamentos, característica própria da formação da ordem a que pertencia. Os índios tinham, na visão de Vieira, um papel fundamental na solidificação da colonização e, por consequência, da fixação dos valores religiosos. Ao contrário do que possa parecer, a figura do indígena, desde que mantida sob a tutela da civilização cristã/católica/européia, tem a sua importância, seja por questões teológicas, como o debate sobre o caráter humano dos ditos “selvagens”, seja por uma questão prática de expansão do projeto colonizador além-mar.

Diversas são as temáticas tratadas por Vieira no que se refere ao poder temporal. Não nos debruçaremos aqui em específico sobre todos os quatorze mandamentos de forma geral, porém, o que se percebe é a objetividade, o senso prático, o pragmatismo, unidos aos preceitos teológicos iniciais.

Logo em seguida Vieira se debruça sobre as questões de cunho espiritual. Da mesma forma elabora uma série de tópicos relativos a diferentes temáticas. São oito formas de comportamento moral, ou melhor dizendo, de ensinamentos espirituais, mas que são exemplificados a partir de ações práticas durante as missões. Destacamos também um desses tópicos que se dirigem diretamente aos modos de comportamento relativos aos povos indígenas:

Terão cuidado de não consentir que os capitães ou principais distribuam com desigualdade os índios pelos moradores em suas empreitadas, mas a tudo assistirão dando o seu consentimento, procurando e sabendo se se paga aos índios seu estipêndio e trabalho.⁴

Como se percebe claramente na passagem acima, Vieira tem uma preocupação particular com o trabalho indígena e de como ele é visto pelos colonos. Defendia que o

³ In: VIEIRA, António. *Op.Cit.* p.74.

⁴ Id.Ibidem. p.75-76.

trabalho oriundo dos braços indígenas teria de ser recompensado da forma mais justa possível. Nesse sentido, era contra a escravidão dos povos indígenas, como é de conhecimento geral entre os estudiosos do jesuíta. Porém, nossa percepção é de que essa defesa tinha em seu cerne a percepção de que, sem a aliança com os índios, não era possível a colonização. E, no caso específico das missões jesuítas, não era possível imprimir o trabalho espiritual sobre os povos do chamado Novo Mundo sem que houvesse concessões e negociações. Era necessária uma política de aproximação ao invés do embate direto.

Apenas em última instância o uso das armas como forma de coagir indígenas é aconselhado por Vieira. Discorrendo acerca da interiorização do território pelos colonos portugueses, afirma o missionário inaciano que seria mais prudente, como estratégia de convencimento, a tentativa de uma política de amizade, a aliança no intuito de manter uma certa submissão ao colono português. Vejamos as recomendações de Vieira de forma clara e objetiva na seguinte passagem:

Chegada que for a tropa à parte aonde dirigem, terão sua inteligências por meios de suas embaixadas, com que manifestem ao gentio o intento de sua ida, que é só para os converter à nossa fé; e para os atrair, os convidem com resgates, prometendo-lhes bom trato e companhia; e quando eles não queriam reduzir-se voluntariamente, sendo em parte que nos podem ofender as nossas povoações, os poderão obrigar por armas; mas de tal maneira sempre que, reduzidos à nossa sujeição, não alcancem eles que há em nós vinganças, mas serão tratados dos nossos com amor, brandura e caridade.⁵

Os escritos não poderiam ser mais diretos. O contato com os povos indígenas é tratado, como podemos observar acima, de forma racional, estratégia importante não só para o processo evangelizador, como também no que se refere à interiorização do território colonial no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Não só António Vieira, mas toda a Companhia de Jesus percebe e procura agir no sentido de travar uma batalha, por que não, psicológica, em busca da conquista do maior número de almas possíveis a caminho da salvação através da conversão para a fé católica e obediência ao reino de Portugal.

⁵ Id.Ibidem. p.78.

1.2 – A missão em Ibiapaba e a imagem vieirina acerca da aliança neerlandesa junto aos indígenas.

Focalizaremos aqui a elaboração de uma análise da visão vieirina sobre os povos indígenas em relação às alianças firmadas com os neerlandeses (ou holandeses, como é de costume chamá-los em nossa historiografia). Elaboramos aqui uma análise da imagem que António Vieira produz dos povos indígenas em sua *Relação da Serra de Ibiapaba*, na qual ele faz menção da presença holandesa junto a estes e elabora interessante maneira de enxergar essas alianças firmadas à época desta dominação européia nas capitânicas do norte, em especial a de Pernambuco. É importante destacar que este documento elaborado por Vieira percorre desde as primeiras tentativas das missões, sob as quais já nos debruçamos, até suas próprias experiências como missionário. Aqui nossa intenção será a de analisar a imagem que o jesuíta faz dos indígenas em relação às suas alianças no contexto da presença holandesa em Pernambuco.

Vieira foi um dos indivíduos mais influentes da corte portuguesa, homem de confiança do rei D. João IV, desempenhou – assim como o embaixador Francisco de Souza Coutinho – importante papel nas negociações internacionais pelo reconhecimento da restauração da autonomia do trono de Portugal. As obras que elaborou, bastante direcionado pelo pensamento milenarista, ainda presente entre os clérigos do século XVII, tinham o intuito de tornar Portugal a maior nação do mundo guiada pelos princípios bíblicos.

Dentre as questões que mobilizavam teólogos e intelectuais desse início da Modernidade, como José de Acosta, o jesuíta Nichollas Deuttsu, o dominicano Francisco de Lima, dentre muitos outros indivíduos do século XVI, estavam as seguintes: de onde vieram os povos que se encontravam no Novo Mundo? Seriam descendentes de Judeus? As respostas a essas questões eram muitas, porém a imensa maioria era apegada ao pensamento milenarista que via na descoberta de novos povos e terras o progresso de uma teleologia na qual o cristianismo deveria se encaixar perfeitamente. Daí a importância de situar o discurso milenarista cristão.

O jesuíta tinha uma especial visão acerca dos povos indígenas, bastante presente em seus sermões. Aqui nos debruçaremos, como já foi dito, sobre os escritos instrumentais, procurando perceber os aspectos políticos no interior do discurso vieirino acerca dos povos indígenas, mais precisamente nas descrições que fez em sua *Relação da Serra de Ibiapaba*.

No entanto, é preciso elucidar o ponto de partida da atual reflexão. Ao elaborarmos uma análise comparativa da visão vieirina sobre os povos indígenas aliados aos portugueses, tomamos como referencial o pensamento do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro em seu famoso ensaio *A inconstância da alma selvagem*, onde sua preocupação central é a compreensão da noção de *inconstância* encontrada nos relatos de jesuítas e colonos europeus em relação aos Tupinambá, desde os primeiros contatos entre estes diferentes povos.

Vieira, como homem de seu tempo e autêntico jesuíta, estava imbuído das classificações e percepções de sua época em relação aos índios e, como tal, compartilhava do pensamento ocidental-cristão, segundo o qual o outro, ou a outra cultura, caracterizada ora como inferior, ora como maléfica, necessitava urgentemente da verdade. Da verdade absoluta, a qual só poderia se concretizar no catolicismo que, no caso dos povos indígenas, se faria efetiva através das missões jesuíticas. A diferenciação entre uma cultura inferior e outra maléfica, tem a intenção de descrever única e exclusivamente a dicotomia entre o estereótipo acerca dos povos indígenas (sem uma religião própria, totalmente desorganizada e confusa) e, no presente trabalho, o protestantismo neerlandês (religião sim, porém ramificadora do mal, como poderemos ver mais adiante na descrição do próprio padre acerca dos “heréticos” holandeses).

A cultura européia-cristã tem como uma de suas características fundamentais a incorporação do outro, mas de uma forma completamente diferente da noção Tupinambá, pois para estes “o outro não era ali apenas pensável, ele era indispensável”⁶, de modo que, para a cultura indígena, o outro (no caso, o europeu) completa seu universo, sua cosmogonia.

⁶ CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002, p.195.

Para os Tupinambá basta o ser, a simples identificação do outro como um referencial diferente. Este referencial se transforma em parte da cultura indígena na medida em que é, de fato, outro, em que existe como outro, e que essa existência particular coabite em seu universo (o dos índios). O “outro/índio” se completa na coexistência com o “outro/europeu”. Para os jesuítas, portadores da cultura cristã-européia, o outro só se faz um membro de sua cultura (a cristã) na medida em que incorpora os valores dessa civilização e rejeita os velhos costumes. Nas palavras de Viveiros de Castro:

Se os europeus desejaram os índios porque viram neles, ou animais úteis, ou europeus e cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir a alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la.⁷

Percebemos claramente na passagem acima como o discurso vieirino acerca dos povos indígenas está situado dentro de uma lógica bastante peculiar, que é a da consolidação de uma cultura ocidentalizante, que vê neles a característica peculiar do atraso, a antípoda da civilização racional-progressista. Característica que ecoa em estratégias de legitimação política em nossa contemporaneidade. E mais do que isso, são perceptíveis afinidades, embora limitadas, entre uns (os aliados) e total ojeriza em relação aos colaboradores de outras nações que não o reino de Portugal, como se observará no caso dos holandeses.

Na nossa proposição de perceber como o Padre Vieira caracterizava os povos indígenas, nos baseamos também no aporte teórico da “*mestiçagem cultural*”, desenvolvido por Serge Gruzinski. Toda a sua análise está voltada para a idéia de se trabalhar com o conceito de mestiçagem, entendido como um fenômeno que abriga implicações políticas, assim como o próprio autor escreve:

⁷ Id.Ibidem. p.206.

A mestiçagem, contudo, é sempre muito mais que uma bricolagem cultural. Ela tem uma dimensão política. Parece-me que o termo “mestiçagem cultural” é pouco como uma armadilha, uma vez que as mestiçagens são sempre políticas.⁸

Também nos apoiamos na perspectiva analítica da historiadora Charlotte de Castelnau-L’Estoile que, em seu livro *Operários de uma vinha estéril*, pretende estudar o universo jesuíta para entender que estes também sofreram transformações durante o processo de colonização européia. Temos, como um exemplo dessas alterações, a própria formação das aldeias fixas, já que a Companhia, desde suas origens, era entendida como uma instituição de caráter itinerante.

É bastante razoável, e até mesmo óbvia, a idéia de que o Pe. Vieira compartilhou, assim como toda a Companhia de Jesus, das percepções de que os povos indígenas precisavam urgentemente do cristianismo. Sua ação no Maranhão já em meados do século XVII é repleta de descrições muito detalhadas de como aqueles “seres primitivos” necessitavam da ação missionária para o esclarecimento através da palavra divina.

Vale salientar que a o vocabulário utilizado à época entendia como naturais palavras como “bárbaro” e “primitivo”, porém esta “naturalização” dos termos não invalida qualquer interpretação que vê no discurso colonizador a noção de superioridade, de dominação em relação a tais povos bárbaros. Em um momento em que Portugal disputara as capitanias do norte com a W.I.C, a companhia de comércio das sete Repúblicas dos Países Baixos, região onde os índios se constituíam como fortes aliados, sem os quais, aliás, não era possível obter a vitória; a clivagem feita entre aliados e traidores é clara no discurso vieirino. Sua escrita é clara e direta. E sempre que se refere aos povos indígenas durante esse período vem à tona o tema da inocência, como veremos mais à frente. Uma temática presente em diversos cronistas que escrevem acerca dos indígenas.

⁸ Gruzinski, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. In: *Estudos Avançados*. 17 (49), São Paulo, USP, 2003.

Aqueles que ajudaram os holandeses contra os portugueses, o rei e a religião católica, eram vistos como traidores. Mas há uma ressalva importante a ser destacada, pois o Pe. Vieira sabia muito bem aliar seus argumentos de caráter político ao seu discurso religioso, ambos tão fantásticamente entranhados que, às vezes, se torna difícil perceber. Talvez ele nem os precisasse juntar, pois ambos eram como um só. Veremos mais adiante as especificidades de seu discurso no que diz respeito à disputa das alianças indígenas com os holandeses.

No entanto, podemos adiantar alguns aspectos fundamentais para a compreensão dessa clivagem operada por Vieira. Os holandeses, invasores e inimigos da nação portadora da fé católica (a verdadeira fé nos escritos do jesuíta, obviamente), teriam convencido os povos indígenas de tal forma e com tal maestria e malevolência que estes, na percepção do jesuíta, em muito se assemelham ao inimigo holandês. Este último sim, um verdadeiro herege, possuindo a marca do pecado em sua natureza humana. Assim os via Vieira e toda a Companhia de Jesus, pois o espírito da contrarreforma ainda se fazia presente no século XVII.

Também a natureza do comportamento indígena é descrita por Vieira em seu relatório sobre a missão na serra de Ibiapaba, vista como algo que tende à inocência e à pureza (característica não exclusiva de Vieira ou da Companhia de Jesus) enquanto que os holandeses possuem uma natureza pecaminosa, da falsa fé, uma heresia naturalizada.

As últimas linhas da citação acima deixam clara a dicotomia entre fiel e herege, verdadeira religião e falsa crença. Porém é perceptível nos escritos que, entre um indígena e um holandês há pouca diferença, ambos são hereges, exceto por uma leve vantagem que os indígenas carregam em relação aos holandeses protestantes e que está intimamente ligada à idéia da inocência. Vejamos a continuação:

Com a comunicação e exemplo e doutrina destes hereges, não se pode crer a miséria que chegaram os pobres tobajaras, porque dantes, ainda que não havia neles a verdadeira fé, tinham contudo o conhecimento e estima dela, a qual agora não só perderam, mas em seu lugar foram bebendo com a heresia um grande desprezo e aborrecimento das verdades e ritos católicos, e louvando e abraçando em tudo a largueza da vida dos holandeses, tão semelhante à sua, que nem o herege se distinguia do gentio, nem o gentio do herege⁹.

⁹ Id.Ibidem. p.128.

O que se pode destacar do escrito acima é a naturalização da idéia de que os povos indígenas são meros coadjuvantes e que suas decisões em relação aos holandeses se davam exclusivamente por conta de uma espécie de fragilidade espiritual originada da inocência, adjetivo característico dos sujeitos facilmente influenciáveis. Porém, ao passo que esse é apontado como um defeito também deixa transparecer uma virtude dos índios, pois, para Vieira, o simples fato de os povos indígenas possuírem certa “estima” da verdadeira fé e “conhecimento” dela e de, apenas posteriormente e por obra dos verdadeiros hereges (holandeses), serem levados ao caminho do pecado, já os faz seres espiritualmente mais elevados.

Não se trata aqui de uma contradição por parte de Vieira, muito pelo contrário, é um argumento poderosíssimo em prol do catolicismo e das missões jesuíticas, pois nesse sentido cabe ao reino de Portugal e à Igreja retomar esses povos ao seu domínio ou, melhor dizendo, ao lado da verdadeira fé.

Pouco antes dessa citação Vieira já observara o caráter bárbaro que tais povos estranhos possuíam; opinião própria a todos os “civilizados” da época. Cita dois padres assassinados por índios e a extrema pobreza da Serra, condições que se desenvolvem, segundo toda a sua argumentação, devido à falta da verdadeira fé (o cristianismo católico romano sob a égide de Portugal), o que favorecia a ação do mal, e nem esta última escapa da mediação divina, pois todos os acontecimentos tinham uma explicação clara, até mesmo a posse de Pernambuco pelos holandeses se tratava de um castigo divino.

Durante todo o documento percebemos a insistência com que Vieira trata da fé católica como o único caminho (e não poderia ser diferente) e da importância da ação missionária, dos mártires que deram suas vidas por ela. E muito de seu pensamento está calcado numa teleologia cristã que tem como finalidade a conquista missionária de todos esses povos bárbaros, necessitados do catolicismo português. Percebemos claramente um aspecto próprio do pensamento ocidental da inclusão do outro em seu discurso. Há uma urgência em incluí-los no projeto cristão unificador de nações e povos.

Dessa forma, reforçamos a idéia de que os povos indígenas não eram vistos por Vieira como seres de todo inúteis ou incapazes. A incapacidade indígena se limitava à escolha de suas alianças, de sua fé. Nesse sentido era crucial que os índios, como os chamavam os europeus, tivessem que ser guiados corretamente em direção ao caminho do bem, da bem-aventurança. Não só António Vieira, mas toda a Companhia de Jesus tinha a plena clareza de perceber a importância do papel indígena no processo de colonização de almas e de territórios.

Como em toda saga cristã dualista, há o mal, aqueles que se contrapõem ao projeto missionário colonizador. Percebe-se tal caracterização nos holandeses, bem como em quaisquer nações não-aliadas a esse projeto. A vontade transformadora, os interesses indígenas e suas razões não são considerados como parte de sua autonomia e capacidade de articular seus interesses de acordo com a conjuntura, mas parte da “inocência”, da “pureza” e, não muito raramente, da ação demoníaca de povos hereges. Porém, é importante destacar que não poderíamos exigir mais que isso de Vieira. Como bem frisamos nas primeiras páginas, foi um homem de seu tempo, estava preso às raízes do pensamento moderno/religioso/colonizador e as defendia com muita clareza e destaque em relação aos demais missionários de sua época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*, Tomo I, São Paulo, Almeida, 2008.

_____. *História de Antônio Vieira*, Tomo II, São Paulo, Almeida, 2008.

BULCÃO, Clóvis. *Padre Antonio Vieira: um esboço biográfico*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. 257f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CASTELAU L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)*. Bauru, São Paulo, Edusc, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002.

COSTA, Paulo Eduardo da Silva. *Do Sensível ao Inteligível: O Auto de São Lourenço*. Dissertação de Mestrado em História/UFPB. João Pessoa, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/>

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630)*, Bauru, SP, EDUSC, 2007.

_____. Os Potiguara na Guerra dos Brancos (1630-1654). Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RCGoncalves.pdf>.

_____; CARDOSO, Halisson S. e PEREIRA, João Paulo C. R. Povos Indígenas no Período do Domínio Holandês: Uma Análise dos Documentos Tupis (1630-1656). In: GONÇALVES, R.C.; MENEZES, M. V.; OLIVEIRA, C.M. *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa, Ed.Universitária/UFPB, 2009, p.37-53.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003

_____. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. In: *Estudos Avançados*. 17 (49), São Paulo, USP, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). A época colonial: Administração, economia, sociedade. *História Geral da Civilização Brasileira*, v.1, tomo 1. São Paulo: Difel, 1960, p.193.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na república dos Países Baixos: as representações de Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 -1656. In: *Revista de História da USP*. V.154. 1º semestre. 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. 3ed. São Paulo: Topbooks, 2003.

_____. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. São Paulo: editora 34, 2007.

_____. *O rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1987.

PEREIRA, João Paulo C.R.; GONÇALVES, Regina Célia. Relatório Final do Projeto Povos indígenas no período do domínio “holandês”: uma análise dos documentos tupis (1630-1654). Os argumentos cristãos (católicos e calvinistas) nos documentos tupis. João Pessoa, PIBIC/UFPB/CNPq, 2008.

VIEIRA, António. *Escritos Instrumentais Sobre os Índios*; edição de textos Claudio Giordano; ensaio introdutório José Carlos Sebe Bom Meihy- São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.